

Desvio no processo de ajustamento econômico

Enquanto o ministro Ernane Galvêas falava em medidas "de alinhamento da economia brasileira ao Fundo Monetário Internacional" — expressão, sem dúvida, muito infeliz —, o presidente do Banco Central, por sua vez, declarava: "O que existe é um desvio na parte interna do programa de ajustamento da economia brasileira, e não precisaríamos ir ao FMI para constatar o que constatamos dia a dia pela própria evidência de uma inflação elevada". Realmente, era preciso dizer que nosso país não tem de tomar medidas para agradar ao FMI: o que tem de fazer é mudar de política, para acabar com esta inflação que acarreta recessão e desemprego.

A nosso ver, o presidente do Banco Central, sr. Carlos Geraldo Langoi, apresentou muito bem o problema. Com o pretexto de aliviar o orçamento familiar e estimular a produção agrícola, instituiu-se no Brasil um regime de subsídios que é sustentado, principalmente, pela inflação.

Significa isto que, para manter esses subsídios, todos pagam um imposto indireto, aliás muito injusto, pois é pago até pelos que não se beneficiam dos produtos subsidiados, além de ser altamente regressivo, por pesar, sobretudo, contra as pessoas de baixa renda. Os subsídios só exerceriam a função social (redistributivista) que se pretende dar-lhes se fossem financiados com receitas não inflacionárias, isto é, provenientes de taxas e impostos. O crescimento da base monetária atesta, porém, que isto não acontece.

É evidente que, não sendo possível financiar esses subsídios com recursos reais, o melhor é deixar que os preços se fixem livremente. Por outro lado, urge entender que esta inflação de hoje constitui o fator principal da recessão. Na verdade, é ela que ergue tão alto a taxa de juro, é ela que tolhe os investimentos, é ela que concorre tão poderosamente para reduzir de maneira drástica o poder aquisitivo global da população.

Causa-nos espanto a revelação, feita pelo presidente do Banco Central, de que a supressão dos subsídios proporcionados ao trigo e aos derivados do petróleo e a redução dos subsídios dados ao crédito agrícola permitiriam, neste exercício, reduzir de dois a 2,5 trilhões o déficit público, ou seja, uma quantia equivalente a cerca de 2% do Produto Interno Bruto... Não há dúvida de que, se tal quantia pudesse ser hoje aplicada em investimentos, seria bem mais fácil combater a inflação...

É claro que, se os subsídios forem cortados do modo como anunciou o presidente do Banco Central (fala-se em elevação de mais de 200% no preço do trigo, e o aumento do preço da gasolina seria também considerável), produzir-se-á impacto de inflação bem pesado. De qualquer modo, o governo deveria desferir esse golpe de uma só vez, para não prolongar esta agonia inflacionária.

No momento em que essa alta dos preços não se refletir plenamente

nos índices de correção é que se sentirá quão doloroso é o remédio. Evidentemente, se essa majoração dos preços fosse inteiramente transferida para a correção monetária, não se poderia resolver o problema do déficit público, pois a dívida interna federal cresceria exatamente tanto quanto a inflação. Tampouco se deveria transmitir aos salários toda a força do impacto imediato. Será preciso admitir, dentro de certos limites, a desindexação desses efeitos inflacionários, mas, naturalmente, a desindexação não poderá restringir-se aos salários. Será necessário descobrir um mecanismo que se possa aplicar de maneira justa e equitativa.

De qualquer forma, deve-se tomar consciência clara de que reduzir a taxa de inflação é o meio mais efetivo de emergir da recessão que resulta da contínua retração do poder aquisitivo de todos os assalariados e da impossibilidade de financiar investimentos.